

Impasses e avanços em São Paulo

Oficialmente lançado em outubro do ano passado, o projeto de alfabetização de jovens e adultos do município de São Paulo (MOVA) enfrenta dificuldades como a insuficiência de profissionais capacitados e morosidade da máquina administrativa.

O combate ao analfabetismo e a extensão do ensino básico não deve ser trabalho exclusivo do governo federal. Este é o ponto de vista do PT, e não poderia ser diferente: desde o início de 1989 administramos cidades onde a educação é um dos muitos direitos não atendidos. Só na região metropolitana da Grande São Paulo há um milhão de jovens e adultos sem escola, além de dois milhões e meio de jovens e adultos com menos de quatro anos de estudo.

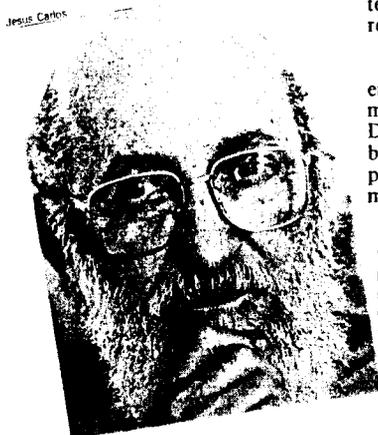
Esta situação vem motivando as administrações municipais comandadas pelo PT a adotar políticas de combate ao analfabetismo. Em São Paulo há uma experiência que, pela dimensão e pela nova concepção, deve ser discutida em todo o Partido. Trata-se do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo (MOVA).

A partir do momento em que Paulo Freire assumiu a Secretaria Municipal de Educação (SME), representantes de movimentos populares que trabalham com alfabetização de adultos começaram a procurá-lo para ver que tipo de apoio a SME poderia dar a esses movimentos.

Atendidas a princípio individualmente, foi sugerido que se organizassem num FORUM, que passou a ser, a partir de abril de 1989, o interlocutor dos movimentos junto à Secretaria, discutindo e elaborando, juntamente com assessores técnicos da SME, o projeto do "Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de SP".

A diferença entre esta iniciativa e as demais é o fato de se tratar de uma iniciativa conjunta dos movimentos de alfabetização e da administração pública. Noutras palavras, há uma enorme preocupação em se garantir a autonomia dos movimentos em relação à máquina. Há também a preocupação de se acentuar o caráter processual da alfabetização, entendida como um processo fundamental na conquista da cidadania, rejeitando assim aquelas concepções que sugerem ser possível, unicamente através da realização de campanhas de tipo tradicional, naturalmente sem nenhuma dimensão política, erradicar o analfabetismo.

Esta concepção do MOVA foi construída ao longo de 1989, a partir de um intenso debate que envolveu os educadores do PT, a Secretaria Municipal de Educação e os in-



tegrantes dos movimentos populares de alfabetização.

A principal questão em debate era o grau de autonomia dos movimentos em relação à administração. Da parte de alguns setores dos movimentos. Tais entidades se comprometem a manter em funcionamento as classes, garantindo o lo-

Paulo Freire, secretário da Educação de São Paulo

Mais de 20 milhões de analfabetos

O ministro colridor da educação, Carlos Chiarelli anda prometendo acabar com o analfabetismo no Brasil. Não será fácil: calcula-se existir mais de 20 milhões de jovens e adultos brasileiros sem instrução, e mais de 15 milhões de semi-alfabetizados. Aliás, o índice de analfabetismo em nosso País vem aumentando nos últimos anos.

O problema do analfabetismo não é brasileiro. A UNESCO estima a existência de mais de 100 milhões de crianças sem escola no mundo, sem contar os adultos que não estudaram. O total mundial de analfabetos é de 900 milhões de pessoas, o que moti-

vou a UNESCO a aclamar 1990 como o "Ano Internacional de Alfabetização".

A gravidade da situação brasileira provocou uma mobilização dos setores organizados da sociedade. Isto se refletiu na nova Constituição federal, que determinou que os Estados e Municípios deverão aplicar na educação no mínimo 25% dos recursos provenientes dos impostos, sendo que a metade deste montante deverá ser destinada para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental. A meta da Constituição é erradicar o analfabetismo nos próximos 10 anos.

vimentos, houve inicialmente quem propusesse uma autonomia total, cabendo à prefeitura apenas a função de repassadora de recursos. Alguns educadores do PT e alguns membros da equipe da Secretaria Municipal de Educação sugeriram que a administração deveria ter controle sobre o conjunto do projeto, reduzindo drasticamente a autonomia dos movimentos. Em defesa desta última posição, dizia-se por exemplo que o MOVA poderia se constituir numa iniciativa paralela aos esforços da administração.

A concepção finalmente vitoriosa evitou tanto a autonomia completa dos movimentos quanto o controle total por parte da administração. Decidiu-se que o projeto será viabilizado através do estabelecimento de convênios entre a prefeitura e as entidades ligadas aos movimentos populares que trabalham com alfa-

cal, selecionando e contratando monitores e supervisores. Hoje há 14 convênios firmados e 300 núcleos de alfabetização funcionando. Pretende-se constituir, até o final de 1990, dois mil desses núcleos.

A prefeitura garante a capacitação pedagógica desses monitores e supervisores, através de um curso inicial e do acompanhamento semanal - já iniciado - além do apoio financeiro.

O MOVA foi oficialmente lançado em 29 de outubro de 1989, no plenário da Câmara Municipal de São Paulo. Desde então, além das atividades programadas, tem contribuído com outras prefeituras petistas e auxiliado em experiências semelhantes noutros pontos do país. E, no segundo semestre de 1990, realizará algo inédito: um Congresso de Alfabetizandos.

O fato de 1990 ser o "Ano Mundial da Alfabetização", e a presença de Paulo Freire como titular da Secretaria amorteceram muitas das críticas que a direita tradicionalmente dirige contra aqueles projetos da administração que carregam a marca petista. Ao contrário, a imprensa não tem dado a cobertura necessária para a iniciativa.

As poucas críticas concentraram-se na possível dimensão fortemente política do programa e o pagamento dos monitores. Do ponto de vista do MOVA, a alfabetização deve criar uma consciência crítica da cidadania, tendo assim uma dimensão política. E o pagamento dos monitores se faz necessário, ainda que não pelos padrões de mercado, para permitir sua dedicação à atividade.

Outra das críticas era dirigida ao fato de que algumas das classes não funcionariam em locais adequados, o que levaria a uma "deterioração do ensino" - o que não corresponde à experiência prática de grande número de excelentes experiências educativas, a maioria feita em precárias condições materiais.

Os problemas enfrentados pelo MOVA vêm de outros lugares. De um lado, do número insuficiente de quadros técnicos capacitados a acompanhar o projeto, criando dificuldades para a constituição da equipe pedagógica responsável. De outro lado, há o fato de que a prefeitura só pode firmar convênios com entidades juridicamente constituídas, o que não corresponde à situação da maioria dos movimentos populares de alfabetização. Além disso, há a morosidade da máquina administrativa, que impede a agilidade necessária a um projeto desta natureza. Outra ordem de problemas diz respeito ao futuro do projeto. Recentemente houve uma alteração na equipe responsável pelo MOVA. Saíram aqueles que desenvolveram a parte inicial do projeto, não ficando claro se a mudança de equipe produzirá também uma mudança de orientação. Contudo, dada a importância do Movimento de Alfabetização, é necessário que o Partido, e principalmente os movimentos mantenham-se atentos.

Afinal, além da importância existente na alfabetização de 180 mil paulistas (previsão até o final de 1992), o MOVA constitui um sinal tanto do compromisso com a melhoria das condições de vida da população quanto de respeito à autonomia dos movimentos. (V.P.)